

Análise das Interações da Sabatina de Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior realizada pela CCJ - 13/08/2025 - Gerado por IA

Este relatório apresenta uma análise das **26 participações dos cidadãos** na sabatina promovida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em 13/08/2025, de Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, indicado para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo é fornecer uma visão geral das principais preocupações, perguntas e opiniões expressas pelo público, visando auxiliar os Senadores na avaliação do perfil e das posições do indicado.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 26

Temas principais:

1. **Imparcialidade, Independência e Atuação Institucional (35%)**: Este foi o tema dominante, com os cidadãos cobrando um Judiciário neutro, técnico e livre de influências políticas. As perguntas focaram em como o CNJ pode coibir a parcialidade, garantir a independência dos juízes e, ao mesmo tempo, assegurar que o próprio Conselho não extrapole suas funções constitucionais.

Exemplo: "Como o CNJ coibirá a parcialidade de magistrados, fortalecendo a segurança jurídica e a percepção pública da Justiça?" (Jayme F., DF)

2. Atuação Social do Judiciário, Inclusão e Acesso à Justiça (23%): Os participantes demonstraram grande preocupação com a dimensão social da Justiça. As perguntas abordaram o papel do CNJ e do Judiciário na proteção de mulheres e crianças, no combate a práticas discriminatórias, na defesa do meio ambiente e na garantia de um acesso mais igualitário aos serviços judiciais.

Exemplo: "Como você avalia o papel do CNJ no combate a práticas discriminatórias no âmbito judicial?" (Hadassa B., RJ)

3. Eficiência, Celeridade e Modernização (15%): A crônica morosidade do sistema de justiça foi um ponto central de questionamentos. Os cidadãos cobraram propostas para destravar o Judiciário, sugerindo o uso de tecnologia e o estabelecimento de metas de produtividade para os tribunais, visando acelerar os processos sem perder a qualidade.

Exemplo: "A morosidade judicial é crônica. Em sua visão, quais são as causas e que propostas o sr. levaria ao CNJ para destravar o sistema de justiça?" (Paulo H., GO)

4. Remuneração, Férias e Privilégios da Magistratura (15%): Os altos salários e os benefícios da carreira de magistrado foram duramente criticados. Os participantes questionaram a moralidade de auxílios como o de moradia, os 60 dias de férias anuais e os "supersalários" que furam o teto constitucional, cobrando uma atuação do CNJ para impor limites.

Exemplo: "O que o Sr. pensa a respeito de reduzir as férias dos magistrados de 60 dias por ano para 30 dias, como um trabalhador comum?" (Gustavo P., SC)

5. Controle Disciplinar e Integridade (12%): Neste tópico, os cidadãos focaram na função correcional do CNJ. As perguntas abordaram a necessidade de fiscalizar e punir desvios de conduta de juízes e criticaram a aposentadoria

compulsória como uma sanção branda para casos graves de corrupção ou abuso de autoridade.

Exemplo: "Em casos de corrupção ou abuso de autoridade, o senhor manteria a aposentadoria com subsídios ou defenderia a perda integral dos benefícios?" (Liliane N., BA)

Em conclusão, as manifestações do público na sabatina do indicado ao CNJ revelam um forte interesse na atuação do Conselho como órgão de controle e aprimoramento do Poder Judiciário. A principal preocupação dos cidadãos foi a imparcialidade e a independência dos magistrados. Em seguida, destacou-se o papel social do Judiciário, com demandas por uma atuação mais efetiva na proteção de grupos vulneráveis. A eficiência processual e os privilégios da magistratura também foram temas de grande relevância. No geral, o público espera do CNJ uma fiscalização rigorosa para garantir um Judiciário mais íntegro, eficiente e socialmente responsável.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página:
<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=34664>.